

contaminados associados, as taxas calculadas são 64 vezes superiores ao normal na melhor situação de referência e 640 vezes superiores à taxa de referência utilizada pelos autores. No caso de se beber água desse local, esse risco é 43 vezes superior à taxa mais exigente e 430 vezes superior à taxa utilizada pelos autores. Ainda de acordo com o relatório o perigo desse local (efeitos não cancerígenos) associado ao contacto dérmico e à ingestão de vegetais do local aumenta 6,3 vezes e para a ingestão de água 190 vezes”, prossegue.

Alerta para a contaminação por chumbo. “Acresce ao que foi apresentado por especialistas, em ses-

preciso tomar medidas. “Neste relatório não se diz, contrariamente ao que alguns assumiram publicamente, que não há contaminação de aquíferos, nem tão pouco se diz que não há quaisquer efeitos na saúde resultantes dessa poluição. Objetivamente fazem-se cálculos e percebem-se os parâmetros utilizados. Entende-se que esses dados, e não são precisos muitos mais, são suficientes para encetar uma gestão de risco nos três locais referidos de modo a diminuir o perigo”, afirma o professor universitário.

“Neste relatório assume-se, baseado em dados e não em opiniões, que a descontaminação de um aquífero suspenso por sucção da pluma

Perigo para população muito acima do normal

são pública de esclarecimento da população da Praia da Vitória, onde se afirmou que os níveis de chumbo nos solos do Pico Celeiro estavam nos níveis ambientais, que o relatório aqui em análise possui mais duas análises com níveis elevados de chumbo em outros dois pontos (101 mg/kg e 98 mg/kg) indiciando clara contaminação do local por esse metal pesado. Posto isto, de facto, o risco e perigo associado ao chumbo deveria também ter sido analisado”, sublinha Félix Rodrigues.

Para a Porta de Armas, aponta, “o risco de ‘desenvolvimento de doenças cancerígenas’ é 1,2 vezes superior ao da pior taxa que aqui se considerou, ou seja, não seria considerável, mas é 12 vezes superior à taxa de referência que os autores utilizam”.

“Esse risco é o que resultaria de contacto dérmico e ingestão de vegetais. No caso de se ingerir água, o risco avaliado situa-se nas 110 vezes superior à taxa menos exigente e 1100 vezes superior à taxa admitida pelos autores. No que se refere ao perigo do local (efeitos não cancerígenos) no que se refere ao contacto dérmico e ingestão de vegetais, esse é 10 vezes superior ao normal e para a ingestão de água 150 vezes superior ao normal”, acrescenta.

Tendo em conta estes resultados, Félix Rodrigues defende que é

de hidrocarbonetos não foi eficaz e também se assume que não existem dados para garantir que locais ditos descontaminados foram mesmo descontaminados. Na globalidade o relatório não é criticável porque identifica claramente as lacunas de conhecimento. Relativamente a essa questão, lamento que antes de se ter aberto a boca não se tenha aberto a mente ao conhecimento, pois assim, fechava-se a porta ao constrangimento de se pedir desculpas”, conclui o investigador, que tem abordado a questão da contaminação ao longo de vários anos.

O relatório, datado de novembro de 2018, assentou na “elaboração de uma análise crítica aos estudos realizados de avaliação dos sites contaminados da base militar das Lajes, designadamente os locais identificados em Discovery of Suspected and Contaminated Sites Study (CH2MHILL, 2004) por DISCO Site 3001 (Main Gate), DISCO Site 5001 (South Tank Farm) e DISCO Site 5002 (Cinder Pit Fuel Tanks)”.

Contou com a colaboração e assessoria técnica de uma equipa da Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa e dos seus colaboradores externos.

Foi tornado público, mas os resultados referentes aos riscos para saúde da população nunca foram apresentados desta forma. ❏

FÉLIX RODRIGUES SOBRE RELATÓRIO

Fim das “conversas subjetivas”

Félix Rodrigues explica a abordagem utilizada no relatório e tece algumas considerações sobre o processo.

Começa por apontar que “tendo em conta os dados da Agência de Proteção Ambiental Norte-Americana, nomeadamente a análise de risco para a saúde humana de várias substâncias químicas, os autores efetuam uma avaliação de risco de desenvolvimento de doença cancerígena ou de perigosidade (efeitos não cancerígenos)”.

“Aqui acabam-se as conversas subjetivas se produz ou não produz cancro, se os poluentes desencadeiam ou não desencadeiam problemas de saúde. São os dados da avaliação de risco que nos permitem ajuizar objetivamente essas questões”, defende.

“Assim, aqueles que se preocuparam em apelidar quem referia isso como alarmista ou pseudocientista vão ter que dizer o mesmo dos autores deste relatório. Dada a limitação de dados, concorda-se com os autores quando afirmam que essa avaliação é ‘conservadora’”, considera.

“A avaliação de risco e do perigo depende de inúmeros fatores que não vou aqui enunciar, onde uns mais do que outros provocam aumento do cálculo do risco ou incrementam o cálculo do perigo. Por outro lado, a sua avaliação quantitativa para ser entendida necessita de uma comparação com ‘taxas’ que representam a normalidade. No caso de ‘desenvolvimento de doença cancerígena’, as taxas consideradas normais na bibliografia são muito díspares variando entre 10 indivíduos por cada cem mil pessoas e uma taxa de um indivíduo por cada milhão de pessoas. Os autores adotaram a taxa de um indivíduo em cada cem mil pessoas”, especifica.

Sustenta que “o relatório traduz uma constante preocupação de comparação dos valores encontrados ao longo do tempo nos vários relatórios com os valores paramétricos da lei portuguesa, e na ausência destes, com outros valores paramétricos de outras legislações (direito comparado), sendo que “nada se tem a opor a esse tipo de análise de dados pois é importante nalguns casos”.

“Mas também não se dá a entender nesse relatório, como já vi no passado, que estando os parâmetros dentro da lei, que tudo está bem. Percebe-se claramente que esse relatório não comunga dessa posição, caso contrário, não teria sido feita qualquer avaliação de risco”, aponta.

Félix Rodrigues, na resposta enviada por escrito ao DI, faz algumas considerações pessoais: “Sempre tentei ter cuidado científico sobre essa questão quando existiam dados e interpretações alternativas, por isso nunca optei pelo conveniente, pelo confortável, pelo supostamente respeitável ou pelo socialmente aceitável. Talvez também não seja conveniente que faça essa análise. Não é confortável fazê-la, mas é, em função do peso que me puseram às costas, claramente inevitável”.

“Os autores são da Universidade dos Açores, mas também da Universidade Nova de Lisboa e da Empresa Engiamb, Lda. Eu, como penso que se percebe, não tive nada a ver com o assunto. Uns autores são meus conhecidos, outros não. Não me vou centrar em nenhuma análise curricular porque o que interessa são os resultados e a pertinência dessas análises, independentemente de onde elas venham ou de quem as fez. Também não interessa que essa questão tenha começado para mim em 2008 e para outros, apenas em 2017”, conclui.

“O relatório, além de examinar a evolução das análises ao longo do tempo, faz algo de importante, que não tinha aparecido até agora senão nos trabalhos da empresa Bhate Associates de 2008 e 2014, e que é uma ‘avaliação de risco’ associado à exposição de indivíduos a poluentes. Ora, aparenta que a ‘avaliação de risco’ deixou de ser uma coisa esotérica e sem significado, para passar a ser algo muito importante. Significa isso que aqueles que andaram a criticar os resultados da Bhat Associates e quem os defendia, poderão agora também criticar os resultados da Universidade dos Açores. Não vejo incompatibilidade entre uns e outros dados ou entre metodologias”, defende. ❏